

LUIZ GUILHERME MARINONI
SÉRGIO CRUZ ARENHART
DANIEL MITIDIERO

O NOVO
PROCESSO
CIVIL

2.^a Edição
revista,
atualizada
e ampliada

Atualizado com a Lei 13.256/2016

O NOVO PROCESSO CIVIL

LUIZ GUILHERME MARINONI
SÉRGIO CRUZ ARENHART
DANIEL MITIDIERO

2.ª edição revista, atualizada e ampliada
1.ª edição: junho de 2015



© desta edição [2016]

EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA.

MARISA HARMS
Diretora responsável

Visite nosso *site*: www.rt.com.br

CENTRAL DE RELACIONAMENTO RT
(atendimento, em dias úteis, das 8 às 17 horas)
Tel. 0800.702.2433

e-mail de atendimento ao consumidor: sac@rt.com.br

Rua do Bosque, 820 – Barra Funda
Tel. 11 3613.8400 – Fax 11 3613.8450
CEP 01136-000 – São Paulo, SP, Brasil

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfílmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos, do Código Penal), com pena de prisão e multa, conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

Impresso no Brasil [06-2016]
Universitário Complementar
Fechamento desta edição: [02.05.2016]



ISBN 978-85-203-6966-1

SUMÁRIO

SOBRE OS AUTORES.....	9
APRESENTAÇÃO.....	11

PARTE I

ENTRE IDEOLOGIA E DOGMÁTICA: O COMPROMISSO COM OS DIREITOS FUNDAMENTAIS E COM A TUTELA DOS DIREITOS

1. O PROCESSO CIVIL CLÁSSICO: A INFLUÊNCIA DOS VALORES DO DIREITO LIBERAL	25
1.1 O papel reservado ao juiz pelos valores da Revolução Francesa	25
1.2 O formalismo interpretativo e a “declaração exata do sentido da lei” ..	25
1.3 A tarefa meramente declaratória do juiz e a classificação trinária das sentenças	26
1.4 O valor da não interferência do Estado diante dos particulares sobre a impossibilidade de o juiz dar ordens	27
1.5 O princípio da tipicidade dos meios executivos como garantia da liberdade	28
1.6 A “neutralidade” do juiz e a proibição das tutelas fundadas em “verossimilhança”	30
1.7 A ênfase à ampla defesa e a obstaculização da tutela de verossimilhança	31
1.8 A regra da <i>nulla executio sine titulo</i> como justificativa técnico-jurídica da impossibilidade de o juiz julgar com base em verossimilhança	32
2. A “NEUTRALIDADE” DO PROCESSO	35
2.1 A influência da escola sistemática	35
2.2 A confusão entre autonomia do direito processual civil e neutralidade do processo em relação ao direito material.....	37

2.3	A indiferença pela desigualdade das posições sociais e dos bens	38
2.4	A repercussão dos valores da economia liberal sobre a suficiência da tutela pelo equivalente.....	38
2.5	A sentença condenatória como mecanismo “igualizador” das diferentes necessidades do direito material	41
3.	A INFLUÊNCIA DA UNIFICAÇÃO DAS CATEGORIAS DA ILICITUDE E DA RESPONSABILIDADE CIVIL SOBRE O PROCESSO CIVIL	43
3.1	Introdução	43
3.2	A função do processo de conhecimento clássico. Sua insensibilidade para a necessidade de tutela preventiva.....	45
3.3	A dita função preventiva da ação declaratória, o liberalismo clássico e a escola sistemática	47
3.4	A inidoneidade do processo civil para a prestação da tutela ressarcitória na forma específica	49
3.5	A inadequação da ação cautelar para a prestação das tutelas contra o ato contrário ao direito (inibitória e de remoção do ilícito).....	50
4.	A EVOLUÇÃO DO PROCESSO CIVIL BRASILEIRO	53
4.1	O Código Buzaid.....	53
4.2	Ideologia e processo civil	55
4.3	A rebelião da prática contra o processo civil. A distorção da fisionomia da ação cautelar inominada.....	58
4.4	Os momentos teóricos que propiciaram a transformação do processo civil.....	60
4.4.1	Tutela antecipatória: a dissociação entre tutela do direito e coisa julgada e a quebra da regra da <i>nulla esecutio sine titulo</i>	60
4.4.2	A técnica antecipatória e a distribuição do ônus do tempo do processo.....	62
4.4.3	O desenvolvimento da teoria da tutela contra o ilícito (tutela inibitória e tutela de remoção do ilícito): a distinção entre ato contrário ao direito e dano e o delineamento do processo civil de natureza preventiva	64
4.4.4	A tutela específica do direito material e a sua correlação com a técnica processual adequada. As tutelas dos direitos, a legitimidade do uso da técnica processual, a quebra do princípio da	

tipicidade dos meios de execução e a unificação entre conhecimento e execução.....	66
4.4.5 Das “tutelas jurisdicionais diferenciadas” à “construção da ação adequada ao caso concreto”	68
4.4.6 O “critério da adequada proteção dos direitos fundamentais processuais” como meio para a análise crítica do tecido normativo.....	71
4.4.7 Os precedentes obrigatórios.....	72
4.4.8 A teoria da tutela dos direitos.....	75
4.4.9 O processo civil do Estado Constitucional.....	80

PARTE II

OS INSTITUTOS E AS NORMAS FUNDAMENTAIS DO PROCESSO CIVIL NO ESTADO CONSTITUCIONAL

1. JURISDIÇÃO	85
1.1 A jurisdição nas teorias clássicas.....	85
1.2 A ideia de pacificação social	87
1.3 O constitucionalismo, a evolução da teoria da interpretação e a dissociação entre texto e norma jurídica	87
1.4 Significado da norma jurídica editada pelo juiz	90
1.5 A justificativa da norma “judicial”	92
1.6 Legitimidade da norma “judicial”, em especial da que afirma direitos fundamentais.....	95
1.7 Da emissão da norma do caso concreto à tutela do direito.....	98
1.8 Jurisdição ordinária e jurisdição das Cortes Supremas.....	101
1.9 Justificativa de uma jurisdição de precedentes.....	107
1.10 O problema da jurisdição exercida mediante duplo grau obrigatório. A necessidade de juízos únicos	109
2. AÇÃO	113
2.1 A ação na história das doutrinas.....	113
2.2 A ação no Código de 2015.....	117
2.3 Direito fundamental de ação	119

2.3.1	Direito fundamental à tutela jurisdicional efetiva	119
2.3.2	O conteúdo do direito fundamental de ação.....	121
2.3.3	A ação em perspectiva dinâmica	124
2.3.4	Direito fundamental de ação como direito às técnicas processuais idôneas ao alcance das tutelas prometidas pelo direito substancial.....	126
2.4	O direito fundamental de ação mediante a concretização de cláusulas abertas: o direito à construção da ação adequada ao caso concreto	129
2.4.1	A ação diante do escopo de tutela dos direitos.....	129
2.4.2	As tutelas jurisdicionais dos direitos.....	129
2.4.3	A influência da tutela do direito sobre a ação	136
2.4.4	Direito à participação, limitação da alegação e tutela do direito	138
2.4.5	Técnica processual, realidade social e tutela dos direitos	141
2.4.6	O direito à construção da ação adequada ao caso concreto.....	143
2.4.7	Legitimidade da construção da ação segundo a tutela jurisdicional do direito.....	145
3.	DEFESA	147
3.1	Defesa e jurisdição	147
3.2	Defesa, tutela do direito e acesso à Justiça.....	147
3.3	Defesa como direito de influir sobre o convencimento do juiz.....	147
3.4	Direito às técnicas processuais idôneas à defesa efetiva.....	148
3.5	Restrição às alegações de defesa	148
3.6	Defesa e procedimentos que limitam a produção da prova.....	150
3.7	Defesa e restrição do duplo juízo sobre o mérito	150
3.8	Defesa e princípio da concentração do poder executivo do juiz.....	152
3.9	Defesa versus ação diante do legislador e no caso concreto.....	153
4.	PROCESSO	155
4.1	Da ideia de contrato à relação jurídica processual.....	155
4.2	A crise da relação jurídica processual.....	156
4.3	Processo e procedimento	157

4.4	O processo no Estado constitucional	160
4.5	Os ditos pressupostos processuais de constituição e de validade do processo	161
4.6	Os pressupostos processuais em Bülow e Chiovenda.....	161
4.7	Os ditos pressupostos processuais não podem ser vistos como requisitos para a existência do processo e para o julgamento do mérito	162
5.	AS NORMAS FUNDAMENTAIS DO PROCESSO CIVIL	165
5.1	Normas fundamentais	165
5.2	Direito à tutela adequada, efetiva e tempestiva.....	166
5.3	Dever de boa-fé	171
5.4	Colaboração no processo civil.....	172
5.5	Direito à igualdade e à paridade de armas	176
5.6	Direito ao contraditório	177
5.7	Dever de fundamentação analítica e direito à publicidade do processo	181

PARTE III
A TUTELA DOS DIREITOS NO
NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL
A UNIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES
DE CONHECIMENTO E DE EXECUÇÃO

1.	TÉCNICA PROCESSUAL E TUTELA DOS DIREITOS	185
2.	PROCEDIMENTO COMUM	191
3.	FASE POSTULATÓRIA	197
3.1	Petição inicial	197
3.1.1	Requisitos	198
3.1.2	Emenda.....	210
3.1.3	Indeferimento.....	211
3.1.4	Improcedência liminar.....	212
3.1.5	Deferimento.....	214
3.2	Audiência de conciliação ou de mediação	214
3.3	Atitudes do réu	215

3.3.1	Contestação	216
3.3.2	Reconvenção.....	221
3.3.3	Revelia	223
3.4	Tutela antecipada, tutela cautelar e tutela da evidência	229
4.	FASE ORGANIZATÓRIA	249
4.1	Organização do processo	249
4.2	Julgamento conforme o estado do processo	253
5.	FASE INSTRUTÓRIA	257
5.1	Prova.....	257
5.1.1	Objeto da prova.....	258
5.1.2	Direito à prova, dever de prova e regras de privilégio	259
5.1.3	Ônus da prova.....	261
5.1.4	Fatos afirmados que não dependem de prova.....	265
5.1.5	Poder probatório do juiz	267
5.1.6	Prova emprestada.....	268
5.1.7	Fases do procedimento probatório.....	270
5.1.8	A prova indiciária.....	272
5.1.9	A prova e a ação inibitória	273
5.1.10	A obtenção antecipada de prova.....	274
5.2	Provas em espécie	278
5.2.1	Prova oral.....	278
5.2.1.1	Depoimento pessoal.....	278
5.2.1.2	Confissão	281
5.2.1.3	Prova testemunhal	286
5.2.2	Prova documental.....	291
5.2.2.1	Definição.....	291
5.2.2.2	Incidente de arguição de falsidade documental.....	300
5.2.2.3	Exibição de documento ou coisa.....	302
5.2.3	Ata notarial	304
5.2.4	Prova pericial.....	305

5.2.5	Inspeção judicial.....	310
5.3	Audiência de instrução e julgamento.....	311
6.	FASE DECISÓRIA	315
6.1	Sentença	315
6.1.1	Conceito e função	315
6.1.2	Sentença, decisão e justificação.....	318
6.1.3	Elementos essenciais	320
6.1.4	Congruência, pertinência e preclusão.....	326
6.1.5	Classificação	329
6.2	Técnica processual e tutela dos direitos	341
6.2.1	Tutela específica.....	345
6.2.2	Tutela inibitória, tutela de remoção do ilícito e tutela reparatória	347
7.	FASE DE CUMPRIMENTO	365
7.1	Efetivação das decisões judiciais mediante cumprimento de sentença. As sentenças que dependem de cumprimento e a atividade de execução	365
7.1.1	Cumprimento de sentença, execução e sentença condenatória	365
7.1.2	A regra da <i>nulla executio sine titulo</i>	365
7.1.3	Tipicidade e atipicidade das técnicas executivas	367
7.2	Princípios fundamentais da execução.....	371
7.3	Formas de execução e de cumprimento de títulos judiciais	379
7.3.1	Execução direta e execução indireta	380
7.3.2	Execução frutífera e execução infrutífera.....	380
7.3.3	Cumprimento fundado em título definitivo e cumprimento fundado em título provisório	381
7.3.4	Execução mediante o constrangimento da vontade do devedor	383
7.3.5	Execução independentemente da vontade do devedor	393
7.4	Títulos executivos judiciais	399

7.4.1	Requisitos da obrigação a executar	404
7.5	Liquidação da obrigação	406
7.6	Procedimento de cumprimento de sentença	412
7.6.1	Partes e terceiros	413
7.6.2	Competência.....	415
7.6.3	Os efeitos do início do cumprimento	415
7.7	Cumprimento de sentença que impõe um fazer ou não fazer	416
7.8	Cumprimento de sentença que impõe obrigação de prestar declaração de vontade	422
7.9	Cumprimento de sentença que impõe a entrega de coisa	424
7.10	Cumprimento de sentença que impõe pagamento de quantia certa	427
7.11	Suspensão e extinção do cumprimento de sentença.....	463
7.12	Execuções especiais	465
7.12.1	Cumprimento de sentença que impõe prestação alimentícia ..	465
7.12.2	Cumprimento de sentença contra a Fazenda Pública.....	468
7.12.3	Ação de execução fundada em título executivo extrajudicial..	470
7.12.3.1	Ação de execução.....	470
7.12.3.2	Ação de execução visando à realização de prestação de pagar quantia.....	474
7.12.3.3	Ação de execução visando à realização de prestações de fazer, não fazer e entrega de coisa	479
7.12.3.4	Ação de execução visando à realização de prestação alimentícia	484
7.12.3.5	Ação de execução contra a Fazenda Pública.....	485
7.12.3.6	A defesa no processo de execução. Os embargos do executado	487
8.	FASE RECURSAL	495
8.1	Recursos	495
8.1.1	Conceito	495
8.1.2	Classificação	497
8.1.3	Normas fundamentais.....	499
8.1.4	Juízo de admissibilidade e juízo de mérito	505

8.1.5	Efeitos.....	511
8.2	Recursos em espécie	515
8.2.1	Apelação	515
8.2.2	Agravo de instrumento	521
8.2.3	Agravo interno.....	523
8.2.4	Embargos de declaração.....	525
8.2.5	Recurso ordinário	528
8.2.6	Recurso extraordinário e recurso especial.....	529
8.2.7	Agravo em recurso extraordinário e em recurso especial	541
8.2.8	Embargos de divergência	543
9.	PROCESSO NOS TRIBUNAIS	547
9.1	Precedentes.....	547
9.2	Ordem dos processos nos tribunais.....	556
9.3	Incidentes recursais	559
9.3.1	Incidente de assunção de competência	559
9.3.2	Incidente de resolução de demandas repetitivas	564
9.4	Ação rescisória	572
10.	COISA JULGADA	587
10.1	Conceito	587
10.2	Limites.....	589
10.3	Eficácia	595
10.4	Relativização da coisa julgada	596
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	603
	OBRAS DOS AUTORES	599